Às quatorze horas do dia onze de fevereiro de dois mil e nove, na Sala dos Archeiros do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Arno Wehling, Augusto Carlos da Silva Telles, Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Ormindo David de Azevedo, Roque de Barros Laraia, Sabino Machado Barroso, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses – representantes da sociedade civil -, José Liberal de Castro – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, Angela Gutierrez, José Ephim Mindlin, Marcos Vinicios Vilaça, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira – representantes da sociedade civil -, Heloisa Helena Costa Ferreira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -, Sérgio Alex Kugland de Azevedo – representante do Museu Nacional. O Presidente abriu a sessão com as seguintes palavras: "Senhores Conselheiros, bem-vindos à primeira Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2009. É uma reunião extraordinária que marcamos para discutir dois assuntos pontuais. Um deles é a necessidade de avaliação de nova proposta de requalificação do Parque do Flamengo e particularmente da Marina da Glória. Esse assunto entra em pauta a pedido do Ministério dos Esportes e do Comitê Olímpico Brasileiro, já que, com a candidatura do Rio de Janeiro para sediar as próximas Olimpíadas, era necessária uma decisão sobre a possibilidade de que algumas competições acontecessem naquela área. O Conselho ainda tem na memória os problemas ocorridos quando da realização do Panamericano, que o Ministério dos Esportes e o Comitê Olímpico pretendem evitar. Acho importante a apresentação desse projeto neste Conselho para que estabeleçamos os parâmetros desse processo de requalificação do Parque do Flamengo e se, de fato, ele poderia comportar a eventual realização de algumas provas olímpicas. O segundo ponto de pauta, também extraordinário, é a percepção da Presidência da necessidade de avaliação e de alteração da portaria que regula a saída de obras de arte do país, especialmente de peças tombadas ou protegidas por lei. No começo deste ano tivemos inúmeras demandas e nos parece que essa portaria já não responde de maneira adequada às necessidades de proteção desse patrimônio. Quero desejar a todos um bom Ano Novo, e convidá-los para visitar a belíssima exposição que homenageia o centenário do nascimento de Burle Marx, aqui nas dependências do Paço Imperial. Passo a palavra ao Superintedente do IPHAN no Rio de Janeiro para apresentar a **Proposta de Reordenação da Enseada da Glória** . O arquiteto Carlos Fernando de Souza Leão Andrade tomou a palavra para a seguinte manifestação: "Quero dar as boas-vindas em nome da nossa Regional os Conselheiros que vêm nos honrar com sua presença no Rio de Janeiro. Estamos hoje diante de fatos novos com relação à utilização do Parque do Flamengo, mas que têm início talvez há mais de dez anos. Possivelmente muitos Conselheiros conhecem melhor o histórico, só estou há dois anos à frente da Superintendência e procurei fazer, a partir de um histórico, o mapa do trecho tombado do Parque do Flamengo, onde temos hoje basicamente duas situações. Uma área que vai do Morro da Viúva até a Marina da Glória, que respeita bastante o projeto original, que foi tombado. Há problemas de manutenção e, penso, há também um problema de subutilização. Em áreas do Parque, como em frente ao Morro da Viúva, há momentos em que não se vê vivalma. Existem outros problemas na utilização da praia e um certo desleixo das sucessivas administrações municipais, que vêm introduzindo mobiliário urbano inadequado, propaganda excessiva. Temos tentado regulamentar, por meio de um termo de ajuste de conduta, a utilização do Parque do Flamengo para eventos. Não há um fim de semana em que não ocorra um evento, o que é bom; a cidade deve se apropriar de suas áreas contanto que as respeite e dignifique. Em certas ocasiões o número excessivo de eventos não permite a recuperação do gramado. Outra área complicada, porque o projeto não

foi adequadamente implantado, é a ocupada por clubes náuticos que não respeitaram o projeto original, deveriam estar ao longo da estrada que é perpendicular à linha da baia. Mas nem no IPHAN, nem na Prefeitura do Rio de Janeiro, encontramos as autorizações para os clubes se instalarem nesse local. Então, a rigor, apenas um deles está em local regular, além disso fizeram uma série de acréscimos. Enfim, há uma área bastante deteriorada, entre o Museu de Arte Moderna e o Aeroporto Santos Dumont, ocupada ilegalmente por vans, ônibus de turismo, posto de gasolina, locadora de automóveis que atendem o Santos Dumont, além de estacionamento da Infraero. Já temos um termo de ajuste de conduta assinado para que procedam à demolição de um galpão, e foram retirados os *outdoors* que ficavam ao longo desse estacionamento. Enfim, devemos enfrentar o mau uso dessa área cujos problemas se alastram em direção a trecho não tombado da enseada, fronteiro aos antigos prédios da VARIG e da VASP . Houve aquele problema da tentativa de construção de garagem de barcos, quando conseguimos por meio de embargo extrajudicial e da ação da própria Polícia Federal impedir a continuidade das obras. Hoje ainda permanecem as estacas em área bastante expressiva, que foram encravadas para a construção de garagem que teria 20.000 metros quadrados de lage. Isso conseguimos impedir, mas não conseguimos até hoje a retirada das estacas. Na área que considerei problemática, entre o MAM e o Aeroporto Santos Dumont, onde estão localizados os clubes náuticos, somente o Vasco da Gama foi autorizado pelo então Presidente do IPHAN, os outros três não autorizados estão irregulares. O que motivou a presença deles foi a retirada das suas sedes da Praia de Santa Luzia, desaparecidas quando foi feito o Aterro do Flamengo. Então esses clubes foram transferidos para área próxima ao mar para que continuassem a realizar suas atividades náuticas, hoje praticamente inexistentes. Há locadoras e quiosques, todos muito mal aproveitados. Existe uma série de propostas para essa área, há vários interessados por sua próximidade do centro da cidade e do Aeroporto Santos Dumont. O MAM, a Polícia Federal e a Infraero têm projetos em que buscam aumentar suas áreas de estacionamento. A Marina da Glória, que estou chamando hoje de Enseada da Glória para conseguirmos ter uma visão um pouco mais abrangente dessa questão, foi implantada em 1976. A Prefeitura nos apresentou recentemente um novo projeto, que consta da pauta desta reunião para ser apreciado pelos Senhores Conselheiros, visando solucionar esse problema. Retirar-se-ia uma quantidade razoável de estacas e seriam aproveitadas algumas delas para sustentar uma única lage abaixo da linha da murada. Então não haveria mais o volume da garagem anteriormente proposta e a intervenção toda ela ficaria fora da área tombada, no trecho de entorno, garantindo a total visibilidade do Pão de Açúcar. Esse é o projeto que temos para ser analisado. Há uma série de intervenções também propostas pelos nossos colegas do Ministério dos Esportes, aqui presentes, que buscam adequar essa Enseada às Olimpíadas de 2016. Haveria a necessidade da construção de um novo quebra-mar, cujo impacto principal, ao meu ver, seria mais ambiental, embora, ao que se sabe, já teria sido obtida a aprovação de ógãos do meio ambiente. Do nosso ponto de vista, eu não veria grandes problemas. Na parte da terra, a Marina pretende retornar à situação anterior, retirando a grade que ocupa efetivamente uma área de bosque para devolvê-la ao domínio público. Na proposta apresentada, estão previstas a demolição das tendas que permaneceram no local e a construção de salão de exposições. O aquário é uma tentativa de se recuperar a ideia original do Affonso Eduardo Reidy, mas penso que esbarra na questão de oportunidade. Sabe-se que há um outro projeto de aquário para a área do Porto, que talvez seja mais adequada. A proposta prevê a transferência do estacionamento existente para o subsolo, coberto por um terraço-jardim que melhoraria a ambiência. Atualmente é uma área totalmente pavimentada. Os parâmetros que foram desenvolvidos no projeto apresentado fixam, como volumetria máxima, os limites indicados no projeto aprovado pelo IPHAN em 1988. Há também uma proposta de construção de Anexo ao Museu de Arte Moderna para expandir sua área de exposição no local que, no projeto original, estava destinado aos clubes náuticos e à Fundação Parque do Flamengo. Enfim esse terreno, atualmente ocupado por vans, é uma área bastante

AM. Bruno

deteriorada. O Teatro do MAM, previsto por Reidy, chamado atualmente Vivo Rio, teve sua construção iniciada antes da minha chegada à Superintendência. O posto de gasolina está também em discussão com a Petrobrás. A prevalecer esse projeto, poderíamos ganhar estacionamento no subsolo para substituir o que existe no terreno ao lado do MAM, onde há atualmente um posto da Petrobrás. Assim, teríamos uma área ajardinada, gramada provavelmente, criando uma esplanada entre os dois prédios - o prédio do MAM e o seu Anexo. O projeto que será mostrado agora é de autoria do arquiteto Glauco Campello e tem como finalidade abrigar a Coleção Marcantonio Vilaça. Em meu parecer, que enviei ao Presidente do IPHAN, avalio que este projeto dignifica o Parque e reforça o carater cultural desse recanto da cidade. É um projeto de grande rigor formal, não entra em conflito com as linhas do MAM, que continuaria sendo o grande prédio de Affonso Eduardo Reidy. É um equipamento cultural que a cidade ganharia. A taxa de ocupação é pequena em relação ao tamanho do terreno, equivale a um prédio de mais ou menos três andares, altura inferior à dos clubes náuticos que ele substituiria. De certa maneira, a criação dessa esplanada entre os dois prédios resolveria a má qualidade do visual que os clubes náuticos apresentam.A nossa proposta seria retirar o estacionamento, na medida do possível retirar também o posto de gasolina, e fazer ali um grande jardim, um grande gramado moldurado pelos dois prédios: o do MAM e do Anexo. Ele ainda não prevê os estacionamentos subterrâneos, que é uma proposta nossa para substituir o estacionamento ao lado". O Presidente agradeceu e assinalou as presenças do Secretário Adjunto Especial Rio 2016/ Ministério dos Esportes - Márcio Marques; do Assessor da Secretaria Especial de Turismo do Município do Rio de Janeiro - Paulo Bastos; de representantes do Comitê Olímpico Brasileiro; e da SOS e Amigos do Parque do Flamengo, destacando a diversidade dos agentes que se apresentaram para interagir nesses esclarecimentos e nessa discussão. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Italo Campofiorito para a seguinte manifestação: "Não vejo como dizer alguma coisa introdutória que não seja contar um pouco da história, mas levaria muito tempo contar uma história de cinqüenta anos do tombamento, mais dez de luta, e isso precisa ser encurtado, é claro. Mas não há outra maneira de começá-la senão com o tombamento, com o pedido de Carlos Lacerda, com a formação do Parque em meados de 1964. Eu sempre tinha a impressão, quando lia esse processo, que o tom do Governador Carlos Lacerda era um pouco ríspido, mas depois lembrei que estávamos em 1964 e entendi porque era ríspido. Com o Patrimônio, a boa vontade do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, e o parecer de Lota Macedo Soares, que terminava dizendo que se tratava de coisa muito séria e justificava o tombamento lembrando que o terreno, nessa situação, no Rio de Janeiro, seria objeto de grande atração para a especulação imobiliária, e afirmava também que esse terreno corria o risco de se transformar em uma 'bustolândia'. Tudo isso foi em 64, e em 65 foi tombado o contorno do Parque, conforme o processo de tombamento, sendo o Conselheiro Paulo Santos o autor do parecer. Tudo o que nós escutamos aqui hoje do nosso Superintendente Regional se refere a coisas incluídas no tombamento, menos o prédio da Polícia Federal. Entretanto, as atuais reivindicações da Marina, tão ruins quanto as anteriores, caem no território tombado. O prédio dedicado à Coleção ou ao Acervo deixado por Marcantonio Vilaça tem, para o meu gosto, caráter moral e utilitário completamente diferente; é o caso até de examinarmos esses dois aspectos. Mas ambos vêm de encontro à nossa história mais recente quando, em 1988, este Conselho concordou, mas não deixou bastante claro, com o parecer do Conselheiro Ferrez, e em 1998, dez anos depois, por minhas mãos, veio a idéia de que se firmasse de vez por todas o parecer Ferrez, válido desde 1988. Nesse meio tempo, a Eletrobrás, o Bola Preta, dezenas de bustos de mortos e vivos, uma quantidade inacreditável de coisas foi, como está sendo e como serão, propostas para o para o Parque do Flamengo tombado - projeto Roberto Burle Marx e projeto Reidy, integrados. Quero mesmo encurtar a minha intervenção porque o importante é considerar que hoje não temos condições de examinar uma questão técnica como essa em reunião do Conselho não preparada, não recebemos material algum, estamos

vendo pela primeira vez a reivindicação da Marina. Sou arquiteto e urbanista, mas este Conselho não é restrito a arquitetos, hoje muito pelo contrário, e nem deve ser. Nesta minha intervenção, estou fazendo apenas um prólogo, o importante é que no dia 26 de novembro de 1998, depois de farta discussão, por unanimidade e manifestação de muitos Conselheiros, alguns aqui sentados entre nós, com relação ao anteprojeto de revitalização da Marina da Glória proposto para ser implantado no Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, com intervenções convergentes de um por um dos Conselheiros, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural manifestava a sua posição a favor do tombamento voluntário, decidido em 1965, do Plano Geral do Parque do Flamengo de autoria de Affonso Eduardo Reidy - urbanismo e arquitetura - e de Roberto Burle Marx – paisagismo -, de forma a ficarem considerados *non aedificandi* todos os terrenos cuja a ocupação não tivesse sido prevista no referido Plano. Isso foi decidido por este Conselho, é a sua posição e diretriz oficial. Qualquer modificação deverá ser examinada com muito cuidado, destacando aqui que não há maneira de fazer nada do que foi dito pelo Superintenente da 6ª Regional sem romper com aquele princípio, com aquela diretriz do Conselho, aceita pelas comunidades e considerada assim em sentença da 11ª Vara Federal da Subseção Judiciária, em 2006. É verdade que um juiz concedera antecipação de tutela permitindo a execução das obras até o julgamento do mérito e determinando a sua destruição na hipótese de serem depois julgadas irregulares, o que de fato ocorreu, ficando a Marina obrigada a removê-las. De modo que, hoje, não temos o problema da retirada das estacas, quem tem esse problema é a Marina que as implantou dentro d'água rompendo, estragando completamente, prejudicando estupidamente o *design* urbano de Reidy. Qualquer arquiteto, ou urbanista poderia ver isso, mas foram construídas antes do julgamento do mérito. A ação contra o IPHAN foi julgada improcedente, o juiz pronunciou-se considerando o projeto da Marina 'incongruente com as intenções do projeto original'. As obras foram condenadas e as estacas que estão lá são problema de quem as pôs e não as retirou, não são problema nosso. A idéia de aproveitá-las parece anedota. Muito diferente é o caso da proposta de construção de Anexo do MAM para receber doação da Coleção do falecido Marcantonio Vilaça para o acervo do MAM. Com dificuldades para colocá-lo dentro do seu prédio, o acervo seria posto nesse Anexo, que é projeto do arquiteto Glauco Campello. É claro que, dessa vez, no meu ver, não há má intenção e o projeto claro que é bom. Quero dizer só duas coisas para não continuar muito tempo. Primeiro, se os Conselheiros se manifestarem de maneiras divergentes, tenho certeza de que nós não temos condições aqui de examinarmos essas plantas, são enormes as plantas originais. Quero ver nas plantas de Paulo Santos qual é o terreno que o tombamento abrange. É preciso examinar tudo isso. Lanço aqui ao Presidente a idéia de que as câmaras recém-criadas, principalmente as Câmaras de Arquitetura e Urbanismo poderiam examinar esse caso para trazer ao Conselho uma opinião técnica interna, de vez que a Superintendência já se manifestou favorável a divergir da posição do Conselho. Ela pretende que é bom rever, que há coisas mal cuidadas, uma porção de coisas indevidas que então poderíamos muito bem aproveitar para eliminar. É mais ou menos isso que entendi da fala do Superintendente. Mas acho que o caso é de rechaçar a pretensão da Marina *in totum,* e se for preciso, conforme a opinião dos Conselheiros, examinar o caso do Anexo do MAM para estudar a sua colocação em local edificável, para examinar com carinho uma coisa que não tem interesse lucrativo, só faz homenagem a quem merece. Se alguém merece uma homenagem é Marcantonio Vilaça, se alguém pode fazer essa homenagem é o pai dele, se algum arquiteto pode conceber esse projeto de maneira a não ofender o Museu de Arte Moderna é Glauco Campello, que trabalhou para o Museu de Arte Moderna muito anos sob a direção de Maurício Roberto. Hoje parece um dia propositado, esta é a semana do deputado corregedor castelão, de modo que a amizade é um vício e é preciso compreender que os brasileiros não condenam os amigos. Hoje em um artigo de Roberto Da Mata, com quem nem sempre concordo, ele trata desse assunto citando Oliveira Viana em 'O Vício da Amizade'. Como estou defendendo um tombamento pedido por Carlos Lacerda,

AM. Barreto

posso muito bem trazer Oliveira Viana à mesa; é a direita que hoje nos defende da especulação e do lucro. A frase é simples. Diz Oliveira Viana: 'a incapacidade que ele ataca é a incapacidade moral de cada um de nós para resistir às sugestões da amizade e da gratidão, para sobrepor às contingências do personalismo os interesses sociais'. A minha sugestão fica, se alguém achar razoável que este Conselho, como no caso do Espírito Santo, que nós debatemos, onde novamente houve quebra de amizade, discussão entre amigos, para depois sabermos que tudo estava certo, que o projeto de Paulo Mendes da Rocha estava, afinal de contas, de acordo com a portaria do IPHAN, mas podiam nos ter dispensado daquele mal-estar, podíamos ter dormido sem essa, eu pelo menos. Hoje acho que podemos decidir que este Conselho não deve ser posto intempestivamente, *ex abrupto,* diante de um problema que ele não teve tempo de estudar, que precisa de escritório, de plantas de dois metros de comprimento. Foi muito boa a sessão, achei magnífica, sobretudo pelos interessados presentes e pelo fato de estarmos esclarecendo que examinaremos tudo isso. Mas não temos condição de decidir, a menos que seja mantendo o nosso princípio e rechaçando de chofre todas as reivindicações em pauta". O Presidente tomou a palavra para agradecer e fazer as seguintes considerações: "Obrigado Conselheiro. O Conselho pode não resolver, mas o Conselho pode ser exposto sim ao problema exatamente porque há uma posição preliminar que votou. É esse assunto que está em pauta e é absolutamente natural; também vejo como uma coisa natural que o Superintendente exponha a sua posição, é esclarecedor para os Conselheiros, embora não altere a decisão do Conselho. Acho que há dois problemas levantados pelo Conselheiro que desejo esclarecer. Primeiro, os limites do perímetro da área tombada, e segundo quanto à pertinência da execução de um projeto que, no meu conhecimento, não havia de fato chegado à condição de projeto, a um projeto básico capaz de ser implementado naquele setor do Parque do Flamengo. Então, na verdade, acho que foi isso que o Superintendente tentou dizer, estamos diante de um projeto em que há intenção do arquiteto Reidy. Mesmo no de Burle Marx, não havia na verdade um desenvolvimento para além do uso proposto - Marina - e a determinação dos espaços verdes ao lado." Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro para complementação: "Esse é o mapa que define o tombamento; é o Parque como um todo mais uma faixa de 100 metros sobre o espelho d'água. Eu não viria a este Conselho se não tivesse clareza de sua posição contrária a construções em áreas consideradas não edificáveis no projeto original. O terreno onde se pretende construir o Anexo do MAM, de que estamos tratando, figura como edificável no projeto original, e seria ocupado pelos clubes náuticos que, entretanto, não se localizaram no local previsto e sim de forma irregular. Ao invés de se fixarem perpendicularmente à Enseada, se dispuseram ao longo da costa, tapando completamente a frente marítima. Então, esse terreno não pode ser considerado *non aedificandi* porque no projeto original estão previstas edificações para o local, estamos tentado requalificá-lo com a retirada dos estacionamentos. O tombamento abrange o Parque do Flamengo como um todo, e uma faixa de 100 metros sobre o espelho d'água, que acompanha o litoral. O terreno onde se propõe o Anexo não pode ser entendido como *non edificandi* porque no projeto original estão previstos os quatro clubes náuticos e uma quinta edificação que seria a Fundação de Administração do Parque do Flamengo. Por razões que desconheço, os clubes se localizaram ao longo da linha da costa e o terreno ficou abandonado. Então me parece, com todo o respeito, que não estamos propondo atropelar a posição deste ilustre Conselho de 1998, mas a nossa leitura do tombamento é diferente, aquele terreno é edificável. A parte da Marina seria uma área de entorno sem dúvida alguma, mas na área de entorno me parece cabível analisarmos qualquer projeto para o local.Obrigado." O Presidente após agradeceu, concedeu a palavra ao Conselheiro Italo Campofiorito para a seguinte observação: "Presidente, posso dar duas palavras para malhar no quente, duas palavras de fato. Em primeiro lugar, não havia sido informado aos membros do Conselho de que o Anexo está proposto para local considerado *aedificandi* no projeto original, onde existem construções precárias, provisórias e desgradáveis. Para comprovarmos

AM. Barroso

que o projeto não rompe com a diretriz do Conselho precisamos de tempo para examinar a planta original, estudar e olhar no papel. A Superintendência teve, e o Conselho, hoje, não tem essas condições; a Câmara Técnica teria. Quanto às estacas colocadas para construção de garagem, o *design* do Reidy para a Enseada está tombado, com certeza. Basta ler o processo do princípio ao fim, não se fala de outra coisa senão em tombar. Embora o tombamento esteja inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o *design*, a qualidade artística, a questão do paisagismo, arquitetura e urbanismo – de Roberto e de Reidy – estão todo o tempo levados em conta. Aquilo, na minha opinião, obstrui o desenho da Enseada e portanto altera o objeto do tombamento." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses para as seguintes considerações: "Senhor Presidente, gostaria que nesse debate se fizesse uma distinção fundamental entre algumas preliminares que precisam ser discutidas, e o exame do mérito. Quando falo dessa necessidade de discutir preliminares é porque me sinto cada vez mais confuso, já estava confuso quando o assunto veio à pauta do Conselho, em minha primeira reunião. Não tenho a memória histórica que tem o Conselheiro Italo Campofiorito, então estou, já que falamos de marina, navegando em águas turvas. Com relação a essas preliminares, acho que há questões de instrução de processo e até algumas questões de encaminhamento processual, antes que se discuta o mérito. Com relação ao problema da instrução, não sei exatamente qual foi o objeto específico do tombamento, e a identificação absolutamente rigorosa do objeto é um requisito legal. Leio no documento que acabei de receber que este é o único caso do tombamento de um projeto antes da sua completa implantação. Para mim isso me parece uma inventividade tropical que deveríamos oferecer ao mundo. Por outro lado, definir perímetro é definir um dos atributos fundamentais daquilo que está sendo identificado como portador de um valor especial para proteção por parte do Estado, para definir quais são as responsabilidades que cria, seja para o Estado que tomba, seja as obrigações de fazer e não fazer para qualquer membro da sociedade. E depois, como se configurou com a prática a normativa do tombamento dessa área. O que afinal está em causa? Há pareceres aprovados pelo Conselho; podem ter força normativa, mas ocorreram intervenções em datas posteriores. Por outro lado, há um problema meramente processual: como não há um parecer jurídico, não sei sequer qual foi a argumentação apresentada com relação ao caso das estacas, não sei quais foram os argumentos apresentados nessa ação em juízo que, em segunda instância, me parece, tem uma decisão favorável à posição do IPHAN. Acho esse assunto muito importante porque está em causa a própria respeitabilidade dos fundamentos com que o IPHAN trabalha - o Instituto do Tombamento. Não estou me manifestando quanto ao mérito, é possível que se possa aceitar esse projeto ou outros projetos, mas não é possível sem uma análise detalhada do caso e, para me restringir a esse encaminhamento processual no âmbito do Conselho, sem o exame por parte de um Conselheiro Relator ou então, na melhor das hipóteses, como propõe o Conselheiro Italo Campofiorito, previamente pela Câmara de Arquitetura e Urbanismo que está sendo criada. Eu me sinto portanto incapaz de decidir. Com relação ao mérito, acho que não vale a pena discuti-lo antes dessas questões preliminares, mas é bom também fazermos uma reflexão mais aprofundada sobre a problemática do Anexo. Quando tombamos grandes espaços como esse esquecemos de um dado fundamental, que é específico de todo organismo vivo, a regra do universo, que é a dinâmica, as coisas mudam. Mudam as funções, e as funções não só se diversificam mas se intensificam. Gostaria de reforçar a questão das preliminares dizendo que se trata sim de uma questão formal, mas a forma é absolutamente indispensável. Nós temos o vício de imaginar que a forma é um argumento ou um instrumento contra os inimigos, e a sua interpretação é o recurso para os amigos. Ora, a forma é um suporte indispensável para a clareza daquilo que se está normatizando, portanto eu diria que é uma exigência republicana. Se a forma estiver mal fundamentada ela deve ser alterada, mas jamais poderá ser ignorada. E o fundo é a questão básica que está em discussão. Muito obrigado." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Silva Telles para as

AM Bezerra

seguintes considerações: "Penso que no projeto do Reidy há uma uma proposta de fazer dois blocos dentro do Parque do Flamengo, um deles perpendicular à praia, e foram aumentados com finalidades esportivas e culturais. É impossível aprovar qualquer coisa hoje, mas devemos nos preocupar com dois pontos básicos: primeiro, o Parque foi tombado; segundo, existem coisas que foram feitas abusivamente no Parque do Flamengo. No caso dos clubes, a idéia inicial de construções com finalidades esportivas foi desvirtuada, fizeram galpões da pior qualidade. Devemos verificar se estão situados no local concedido e se o uso atual é compatível com o projeto. Obrigado." O Presidente tomou a palavra para observar que, no seu entendimento, o tombamento do Parque do Flamengo teve uma razão circunstancial: a grande pressão imobiliária sobre aquela área; além do reconhecido valor do projeto Burle Marx/Reidy. O Conselheiro Silva Telles retomou a palavra para fazer a seguinte complementação: "Como convivi por espaço longo com o Professor Paulo Santos, estando em sua casa, com o processo sobre a mesa, e trocando observações, no que muito aprendi, disse-me ele, por mais de uma vez, que o que estava obrigando o IPHAN a tombar o Parque – mesmo sem estar o projeto totalmente concluído e as obras apenas em estado adiantado de execução – era a inacreditável pressão imobiliária sobre aquela área, na verdade praticamente impossível de se conter." Prosseguindo o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes observações: "Presidente, muito obrigado por me dar a palavra. Acho que nós estamos iniciando hoje um processo de consideração de um assunto relevante e complexo e que, dependendo do nosso tratamento, pode nos trazer muito prestígio e credibilidade, ou muito descrédito. O assunto é tão relevante para a cidade do Rio de Janeiro, para a imagem que a cidade tem de si mesma, para as suas esperanças de sediar os Jogos Olímpicos de 2016, que tudo tem de ser visto além da complexidade que já existe, com esses agravantes de espectativas. Falo como autoridade extrema, sou um dos usuários mais cotidianos do Parque, eu o palmilho diariamente, eu o conheço de fio a pavio, eu conheço quase todos os *terroires* das suas águas de coco, eu conheço as suas maritacas, eu me oponho aos seus pombos, eu fui assaltado duas vezes dentro dele, o que me dá uma titularidade também de intimidade com o Parque. Eu era amigo de Roberto Burle Marx e Lota Macedo Soares, e não sou detrator do Governador Carlos Lacerda. De modo que tudo isso me dá uma convicção de que estamos iniciando hoje um exame que deve ser tão cuidadoso, tão minucioso para que duas suspeitas se afastem. Uma, de que nós fomos de alguma forma instrumentos de ambições imobiliárias, de interesses escusos, de jogadas menos transparentes. O Conselho deve ter, além da sua virtude habitual, uma preocupação extraordinária com a sua transparência e a sua credibilidade, enorme. A segunda suspeita é de que foi um Conselho fundamentalista que se negou, *a priori*, a reexaminar certas premissas. O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses acabou de destacar uma série de aspectos essenciais. A idéia de congelar o futuro, de engessar o que vem, sempre foi uma idéia impossível e a rigor derrotada nas suas premissas. Então devemos considerar esse aspecto, mas sem admitir a descaracterização do patrimônio tombado. Isso requer primeiro que nós iniciemos hoje uma jornada em que se crie, como sugeriu o Conselheiro Italo Campofiorito, um comitê, um grupo especial de análise, porque isso envolve paixões muito grandes. Além de interesses, há paixões, há os que não desejam qualquer mudança nesse Parque, que permaneça como se fosse, além de outras coisas, um memorial a Roberto Burle Marx e a Lota Macedo Soares, com certa sacralidade quase religiosa. Hoje o Rio de Janeiro cresce, há atividades que devem ser acomodadas. Aqueles quatro clubes, antigos clubes de regata e remo do Rio de Janeiro do século XIX, atividades que desapareceram, não há mais nada, mas ficaram ali instalados de forma que, acho, não poderá ser permitida por muito mais tempo. Mas aquilo é um vespeiro de interesses. Eu proporia prosseguirmos no debate que hoje se inicia, estou inteiramente preparado a voltar a esse assunto quantas vezes for preciso, como carioca, como membro do Conselho, como pessoa apaixonada por aquela paisagem. Mas devemos ter muito cuidado, quase neurótico, porque hoje se fala na crise mundial em ativos tóxicos; o Parque do Flamengo é um ativo

AM-Barreto

tóxico, tem possibilidade de nos criar embaraços extraordinários, porque haverá interesses imensamente vigorosos de que não se faça nada, e o que se fizer foi por motivo torpe; e haverá os que digam que nós estamos nos escudando no respeito pela coisa feita para impedir que a cidade cresça, que cumpra o seu destino e que, finalmente, o Brasil e o Rio possam hospedar os Jogos Olímpicos. Então tudo isso requer tempo, estou preparado para dedicar a essa questão o tempo necessário porque acho que a causa merece um acompanhamento tão minucioso que não nos protegerá de todas as críticas, mas das mais óbvias - de que agimos com velocidade excessiva, com sofreguidão; mas também considerando que não se pode levar muito tempo porque, na demora, a causa dos jogos de 2016 será derrotada. Devemos trabalhar em velocidade suficiente para que não se acuse o Conselho de ter bloqueado, por manobras de ganho de tempo, um objetivo; mas por outro lado que não digam que agimos com precipitação em assunto que requer madura reflexão. Quando passo quase todos os dias por aquelas estacas vejo o que um erro pode representar, a dificuldade de corrigir o dano que já foi feito. Portanto, sou muito solidário com as nossas atitudes, nós temos espírito aberto para fazer o que for preciso para que o espírito da obra não seja sacrificado. Muito obrigado." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes para as seguintes considerações: "O Senhor Conselheiro Italo Campofiorito, com a autoridade de conhecimento do assunto que ele impõe a todos nós, levantou questões fundamentais no meu ponto de vista. Vejo que a questão aqui é da permanência; a luta, a controvérsia em relação à permanência que está ligada à própria destinação do nosso Conselho e do IPHAN. Porque devemos cuidar mais da permanência do que está reconhecido como patrimônio nacional. É essa a função fundamental do tombamento e não ficou claro aqui, nas exposições técnicas feitas, todo o contorno do problema. Ora, se formos abrir mão desse princípio, desse valor da permanência do bem, devemos estar profundamente convencidos, e as informações de que dispomos são insuficientes para o Conselho se posicionar. Também acho, Senhor Presidente, que é necessário aprofundar esse debate com a obtenção de novos dados, ouvir especialistas para que, se for o caso, no limite, nós abramos mão desse valor. Mas vejo com muita dificuldade, no meu caso particular, se ficar comprovado que a área não é edificável, que foi tombada, concordar, transigir com relação a isso. Mas essa questão do mérito será discutida e fundamentada nos elementos trazidos pelos técnicos. Então acho muito sensato que se aprofunde o estudo dessa questão. Obrigado." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para as seguintes considerações: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Acho que até tenho mais autoridade do que o Conselheiro Azambuja em relação a esse Parque, por oposição. Moro numa das cidades mais feias deste país, tenho raízes pelo lado materno no Rio de Janeiro, sempre fui encantado com a cidade. Então, quem é privado de ter coisas tão belas pode avaliar, às vezes, melhor do que quem já as tem - é assim que os ricos perdem as suas fortunas. Então quero me colocar em primeiro lugar, firmemente, a favor da cidade do Rio de Janeiro e das suas belezas. A segunda questão que me preocupa tem que ver com o nosso Presidente. Na sessão anterior, talvez por algum equívoco, deixei passar a indicação do meu nome para a Câmara de Arquitetura, ainda que seja difícil, porque militei a minha vida inteira vendo a arquitetura como parte do urbano. Então, queria levantar uma segunda questão em relação à fala do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses - do ponto de vista urbano nós também temos que ver o contrário. Uma parte de todas essas questões que vêm sendo tratadas pela UNESCO, comuns nas resoluções internacionais e nas recomendações internacionais nos últimos cinqüenta anos, se refere ao urbano, que é complexo e é diferente. Não se pode tombar as cidades como tombamos os edifícios, porque na cidade uma parte do tombamento é do que não se constroe, do que não existe; e nesse aspecto fazer o tombamento antes da contrução tem sentido do ponto de vista urbanístico. Preservar os espaços públicos, e a nossa tradição neste país não pode ser chamada de selvagem, porque os índios deste país preservavam a natureza. Ela é bárbara no pior sentido, talvez seja qualificável de outro modo. Em nosso laboratório na USP temos

desenvolvido estudos, não eu, mas pessoas com minha orientação, sobre apropriação dos espaços urbanos após a Lei de Terras de 1850. Este país foi grilado. Então queria dar o meu depoimento no caso da nossa cidade, aquela feia à qual me referi, o maior dos seus parques em menos de cem anos foi apropriado por gente da melhor intenção possível; um tinha uma creche, outro tinha uma escolinha, outro tinha uma instituição, todos tinham boas intenções. Metade da área pública foi apropriada; certamente nem todos tinham boas intenções, e os resultados que outros tantos obtiveram não ficaram à altura do pretendido, mas perdemos metade do nosso grande espaço público. E quando outro espaço é feito, ele é comprado dos proprietários. Mas a história que levantamos é que as terras todas foram griladas, muitas das terras da nossa cidade pertenciam aos escravos, recebidas dos antigos senhores em testamento, e os grileiros iam lá e se apropriavam. Em 1940, na administração de Prestes Maia, ele fez uma festa porque conseguiu evitar que os últimos grandes grileiros se apoderassem do Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Uma das coisas que me impressiona é ver como os ricos gostam de se apropriar de espaços públicos neste país. O Jóquei Clube de São Paulo foi criado em 1875 em área pública cedida pela Prefeitura, em mil novecentos e trinta e poucos eles fizeram um projeto para transferi-lo para a Cidade Jardim e entregaram a área anterior, mais uma vez se apropriaram de áreas públicas, e agora inventaram um projeto maravilhoso de serem desapropriados com dinheiro público para construir um parque e continuar nas mãos deles o Joquei Clube tal qual está; não só se apropriaram da área pública mas querem ser remunerados por essa aproriação. Então, diante dessa tradição hedionda, creio que precisamos olhar essas coisas com muita serenidade e com todos os defeitos da nossa cidade, felizmente agora um administrador criou coragem e expulsou - inclusive que coragem ! - uma série de jornalistas que se diziam esportistas e haviam se apropriado de uma área de 60.000 m2 que alugavam para vários fins. Chamavam aquilo de Praça do Povo, mas o povo eram eles e não o povo de São Paulo. E nós temos ouvido neste Conselho, mais de uma vez, em relação à Lagoa Rodrigo de Freitas e em relação ao Parque do Flamengo, exatamente essa mesma política dos mais ricos e não dos mais pobres. Então, aceita essa premissa, eu me sentiria à vontade de, numa Câmara de Arquitetura e Urbanismo, discutir com os colegas que dela participem quais são os critérios de tombamento de uma área urbana. E a primeira questão é o plano de conjunto, porque aqui nós estamos discutindo várias questões separadas. Uma delas é a atitude do Superintendente Regional que tenta fazer um projeto de saneamento de áreas que foram mordiscadas pelo tempo afora. É uma coisa muito louvável, alguém tem de se encarregar de disciplinar. A segunda questão é a intenção de uma família de doar um acervo e valorizá-lo, que merece todo o respeito. O Marcantonio Vilaça morreu muito cedo, mas deixou um nome respeitado neste país, e o nosso Conselheiro e amigo tem toda a razão de valorizá-lo. A terceira é a do Museu, que também tem uma grande tradição, e ainda temos o outro lado: um belíssimo projeto de arquitetura. São questões completamente diferentes, mas do ponto de vista do tombamento de áreas urbanas devemos realmente formalizar as normas, verificar se é ou não possível, é uma outra questão. Em cada efeméride, em cada comemoração, sempre alguém tenta fazer projetos sem comprar espaços, sem pagar pela terra, e se apropriar de pedaços de áreas públicas, como o nosso Departamento de Transito que se instalou dentro do Parque do Ibirapuera, agora felizmente transformado em museu. Em nossas metrópoles, o caminho necessariamente é o contrário: o que se fez em Minas está se fazendo em São Paulo, transformando espaços em áreas culturais devolvidas à convivência popular. Então, uma coisa é o princípio, outra é essa situação. Mas eu voltaria àquilo que já foi dito por vários Conselheiros: dada a complexidade desse problema em si e da situação que se coloca, com várias facetas, seria evidentemente impossível decidirmos, até porque precisamos ter processo informado. Sem informação adequada do processo e agora, o quanto possível, com Câmara vendo os aspectos arquitetônicos e urbanistas e outros, se necessário, não nos sentimos respaldados para tomar decisões. Mas nós devemos elogiar o nosso Presidente, que nos traz o assunto previamente para podermos amadurecê-lo com o tempo, porque é um

AM. Barroso

assunto que merece respeito, não se trata de uma decisão elementar, estamos discutindo a história de uma cidade, a principal cidade do país. Para quem tem a minha idade e tem uma ligação afetiva com ela, é a principal cidade do país. Mas acho que devemos destacar esses aspectos e no meu setor profissional, especificamente, nós ainda estamos construindo as normas de preservação dos projetos urbanos. Neste caso, o risco maior é comer pelas bordas. Todos têm boa intenção, todos têm um pequeno anexo. Aquilo que o Superintendente mostrou foi exatamente isso: todo o projeto inicial foi sendo roído pelas bordas. Quer me parecer que a única solução é repor o projeto naquilo que ele deveria ter de melhor, e quanto a clubes que hoje não estão usando o espaço adequadamente, se eles não estão merecendo aquilo que receberam, obviamente é melhor transformá-los em áreas verdes; a intenção do Superintendente de ampliar as áreas verdes é extremamente louvável, mas nós vamos ter que aprofundar essa análise. Em nossa futura Câmara essas questões de preservação de patrimônio urbano devem ser aprofundadas. Obrigado." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Breno Neves para as seguintes considerações: "Presidente, estava esperando falar por último porque estou com uma preocupação muito forte quanto à questão dessa apresentação. Endossando o que os Conselheiros falaram anteriormente e com base na apresentação do Superintendente no Rio de Janeiro, Carlos Fernando de Souza Leão Andrade, concordo com o nosso Conselheiro Nestor Goulart quando recomendou um saneamento desse processo. Acho que a preocupação do Conselho é quase normativa, é questão de lei, e o Conselho tem um grande prestígio até hoje e devemos mantê-lo. Sempre consideraram este colegiado um plenário de excelência e acho que isso nós devemos conservar. Quanto essa proposta, como está colocada aqui: **Parque do Flamengo - Proposta de Reordenação da Enseada da Glória**. Apresentação Carlos Fernando de Souza Leão Andrade – Superintendente Regional; que vamos fazer com isso? Agora questiono profissionalmente, com minha formação jurídica: nós vamos aprovar, nós vamos somente apreciar? Eu proponho que seja levado aos competentes funcionários do IPHAN, que fazem trabalho muito perfeito, para que possamos receber um processo contendo informações de como foi feito o tombamento original e como irá se apresentar posteriormente. Porque, a meu ver, qualquer medida que tomemos aqui em relação ao que está contido nesta Proposta de Reordenação poderia significar que estamos aceitando o que foi feito, estamos aceitando os clubes que estão em local e com uso iregulares, e todas as outras intervenções. Sei que o teatro recentemente construído junto ao MAM estava proposto no projeto original. Quanto à questão relativa aos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro está muito empenhado, toda cidade que recebe essa láurea de sediar os Jogos Olímpicos passa por uma revitalização, que considero importante. Os espaços da cidade não são espaços estáticos, são dinâmicos; mas falo do meu modo de ver as coisas, da minha formação jurídica. Devemos tomar muito cuidado ao examinar essa Proposta de Reordenação da Enseada da Glória. Eu sugeria que nós tivéssemos mais elementos apresentados pelo corpo técnico do IPHAN, e depois tomaríamos a nossa decisão. Não sei qual seria a posição do Presidente, de que forma gostaria de encaminhar o assunto, mas a minha preocupação é a possibilidade de que entendam que a simples apresentação dessa **Proposta de Reordenação da Enseada da Glória** signifique uma alteração do tombamento, simplesmente porque foi mostrada ao Conselho. É muito grave o risco de que uma simples apresentação seja considerada aprovação de novas marinas, das estacas, que deveriam ser retiradas e ainda permanecem. Esse documento a ser elaborado por técnicos do IPHAN é importante e deve ser muito preciso porque meus colegas advogados podem tentar buscar argumentos para uma posterior contestação. Tenho visto que essa questão está muito mexida no campo jurídico, existe uma série de medidas tanto do concessionário da Marina da Glória, do IPHAN e da própria Prefeitura do Rio de Janeiro; são muitos os interesses. Portanto, dentro do campo jurídico precisamos entender como colocaremos essa questão no plenário deste Conselho." O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para a seguinte manifestação: "É muito rápida a

AM. Bueno

minha intervenção, no sentido de reiterar o que já é praticamente um consenso aqui do ponto de vista do encaminhamento. Mas me chamou a atenção, especialmente ouvindo o Conselheiro Breno Neves, o fato de que existe uma certa tradição do rito da apresentação de novos processos de tombamentos, mas não existe uma tradição análoga no caso das intervenções. A decisão do IPHAN de trazer ao Conselho a análise de uma intervenção em área tombada é, vamos dizer, discricionária. Percebe-se um determinado grau de complexidade e se deseja compartilhar essa complexidade com um plenário maior porque, a rigor, estaria exclusivamente dentro da atribuição do IPHAN fazer internamente essa análise." O Presidente tomou a palavra para observar que a análise interna seria insuficiente nesse caso. A Conselheira Jurema Machado retomou a palavra para a seguinte conclusão: "Na forma que o Superintendente apresentou entendi que havia o pressuposto de que a proposta não desrespeitava nem o tombamento e nem as decisões anteriores do Conselho. Tomamos frequentemente decisões relacionadas a tombamentos e muitas vezes, especialmente no caso de um tombamento de épocas muito anteriores, o pequeno detalhamento da decisão enseja dificuldades posteriores na sua gestão. A propósito da proposta do Conselheiro Nestor Goulart, considero uma das finalidades das Câmaras Técnicas como apontar diretrizes também para esse caso." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Arno Wehling para as seguintes considerações: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Também só queria reiterar meu acordo com várias das posições aqui expostas, e sublinhar a complexidade da questão. Estamos tratando do problema central da questão patrimonial que é a tensão entre imobilismo e dinâmica social. E isso envolve, basicamente, o problema da identidade. O problema que nesse caso específico estamos tratando é a identidade de uma cidade extremamente importante do ponto de vista histórico para este país. Acho que o Conselho, em diferentes ocasiões ao longo dessas décadas todas, tem sido bastante coerente em matéria de princípios e critérios, e eu gostaria de continuar nesse diapasão. Há uma sucessão de questões que estou vendo aqui desde o momento em que li esse resumo e ouvi o Superintendente e as intervenções posteriores: há o problema do tombamento e do entorno, como o Conselheiro Silva Telles muito bem sublinhou; há o problema do papel do Parque do Flamengo e de quem tem legitimidade, se é que alguém, algum ente tem legitimidade para fazê-lo; há o problema da posição do MAM no Parque e a sua possível expansão. No caso dessa proposta, pelo menos o que se escutou aqui, há um argumento de que se trataria, em parte, de área *non aedificandi;* então pergunto o que acontecerá com os clubes que estão portanto instalados em local diverso do indicado no projeto? Enfim, o problema é muito complexo e aí está o cerne da questão. Creio que faltam informações de natureza material e alguns suportes jurídicos para que se tenha mais segurança na decisão. Então entendo que realmente é indispensável um processo ou um estudo aprofundado, a partir de uma perspectiva dos arquitetos, porque sou historiador, para que se possa, com base nesse estudo, avaliar e enfim formular um juízo. Penso que nós, eu pelo menos, não tenho elementos para fazer isso." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Liberal de Castro para as seguintes considerações: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Reproduzo praticamente as palavras principalmente dos meus colegas arquitetos, mesmo porque, como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, eu deveria talvez consultar os meus colegas do Rio de Janeiro sobre essa situação que é antiga, e se reproduz sempre. Não há espaço público no Brasil que não se queira ocupar a pretexto de qualquer atividade, e ocorre no país inteiro. Devemos lutar contra isso mesmo sabendo que é difícil, porque os argumentos são muitos, e apresentados de maneira muito hábil. Acho que as informações insuficientes não permitem fazermos hoje uma avaliação. O problema do tombamento prévio nós entendemos. Realmente tombamos coisas materiais, e nesse caso tratava-se de espaço ligado a um desenho, ao projeto de um arquiteto, ele podia visualizar perfeitamente como seria feito, não há dúvida alguma. Outra pessoa talvez não, mas como arquiteto acho muito natural que isso aconteça. Quando foi feito esse projeto houve muita pressão, inclusive a execução do Aterro foi trocada

até com a demolição de parte do Morro de Santo Antônio. Depois foram feitos o Parque pelo Affonso Reidy - que estava desenvolvendo o projeto MAM - e o jardim de Burle Marx, uma obra maravilhosa, uma das obras mais notáveis que existem de intervenção urbana no Brasil e que justifica até certas formas de intervenção na natureza, porque é uma natureza artificial, uma coisa realmente fantástica sob todos os aspectos. Observando de uma maneira geral, essas tentativas de apropriação do espaço público sempre aconteceram em áreas urbanas que estão sujeitas a novas pressões sociais. Acho que deve haver um estudo mais aprofundado. O desenho que está na capa da proposta não parece ser o original. O desenho original do projeto está na exposição comemorativa do centenário de Roberto Burle Marx, aqui no Paço Imperial. Esse é o que foi tombado porque supunham, como estavam no final do governo, que os sucessores tentariam se apropriar e alterar o projeto, que era muito bom, principalmente pelo prestígio dos dois profissionais envolvidos. Então foi feito esse tombamento para impedir males maiores, embora tenha sido impossível evitá-los, pelo menos em pequenos detalhes. Sempre esses pretextos aparecem para utilizarem espaços públicos com várias finalidades. Não sei porque pretendem fazer essa garagem de barcos ali; é impressionante, com tantos espaços na Baia de Guanabara, só procuram o espaço do Parque do Flamengo. Se é para fazerem regatas, há aqui, há em Niterói, a baia é enorme, tem um contorno de 140 Km,. e não encontram outro lugar que não seja esse Parque. Evidentemente é um local de alta exposição no cenário urbano do Rio de Janeiro. Então acho que seria interessante que esse assunto fosse analisado com mais tranqüilidade, com mais calma." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Luiz Phelipe Andrès para as seguintes considerações: "Presidente, agradeço a palavra. Eu estava aguardando para melhor compreender essa questão que nos foi colocada de chofre, nesta sessão. Primeiro acho que devemos louvar a decisão do Presidente de trazê-la ao Conselho até mesmo para que possamos compartilhar desse problema. Acho que estamos inclusive diante de uma questão fundamental para o IPHAN. Quando o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma entidade da esfera do Governo Federal, promove um tombamento se torna co-gestor de uma área urbana e a partir daí começa a ter uma responsabilidade muito grande sobre ela, inclusive poder de polícia. Uma área tombada que, pelo que entendi nessa exposição feita agora, foi ao longo do tempo sucessivamente vilipendiada por invasões. Constatamos que os clubes náuticos se instalaram em locais indevidos, *non aedificandi,* que a área que lhes era destinada foi invadida por estacionamento irregular, locadoras de veículos, galpões, posto de gasolina etc, e que a autoridade do IPHAN foi sucessivamente, vamos dizer a palavra forte, desmoralizada ao longo de todas essas ações. Então, qualquer tipo de postura que a Instituição tomar nesse momento deve partir de um princípio do qual não devemos abrir mão: de colocar a casa em ordem de novo. Devemos sanar essas situações irregulares que foram aos poucos sendo efetivadas. Não sei se é de poema de Maiakovsky: 'primeiro jogam uma pedrinha, depois invadem uma parte do jardim, depois arrancam as flores, e depois não há mais nada a fazer'. Penso que a ação da Instituição nesse momento em que estamos sendo colocados em cheque é de recuperar esse princípio elementar. Se não o recuperarmos agora, ficaremos depois sem meios de gerir, de fazer valer os princípios do tombamento. Então considero a oportunidade muito boa para que não só os arquitetos urbanistas, mas também todo o conclave, todos os membros Conselho possam avaliar essa situação que é desafiadora para o IPHAN. Praticamente todos os Conselheiros fizeram questão de se manifestar porque ela é essencial para nós. Eu passei por isso em orgão estadual de patrimônio no Maranhão e sei que toda vez que um bastião desses cai, nossos flancos vão se tornando cada vez mais vulneráveis. A pressão do mercado imobiliário sobre o interesse coletivo comum dos bens públicos vai existir sempre, cada vez mais, na medida que as cidades vão se adensando, que as áreas vão se tornando mais disputadas, e sempre os pretextos vão continuar surgindo, alguns com revestimento muito nobre, de eventos e causas sociais, e as normas vão sendo desrespeitadas. De modo que qualquer ação nossa, eu não chamaria de reordenação mas sim de ordenação, porque está desordenado. Qualquer ação de

A.M. Barreto

reordenação poderia sugerir um passar de mão em cima de situações irregulares que pudessem, eventualmente, serem aceitas, e assim estaríamos cedendo demais. Então minha sugestão é que de fato esse assunto seja avaliado inclusive acho que deve haver uma interação muito grande com o poder municipal, com os poderes locais, a fim de que essa região, tão cara para a cidade mais linda do mundo, possa ser mantida. A sugestão é que os estudos sejam feitos com todo o empenho e que sejam ouvidos aqueles que durante muito tempo batalharam lúcidamente, desde o início do projeto, para que ele não fosse vilipendiado e desrespeitado: os arquitetos e urbanistas, e as associações comunitárias que durante muito tempo lutaram para que essa área não fosse adulterada, e ela foi, e muito. Obrigado". O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para a seguinte manifestação: "Obrigada Senhor Presidente, vou sair do assunto, vou falar do meu amigo Marcantonio Vilaça com quem trabalhei tantos anos como vice-presidente do Museu Brasileiro da Escultura. Era um apaixonado pela arte, colecionava suas telas com imenso afeto e a sua morte para o seu pai foi uma dor extraordinária, também foi para nós que trabalhávamos com ele. Então considero os argumentos levantados válidos e que nós do IPHAN, que lidamos com a memória e portanto com afeto e com a saudade, devemos propor um local para que Marcantonio esteja sempre conosco." O Presidente agradeceu e apresentou as seguintes considerações: "Tenho a impressão que chegamos a um consenso de encaminhamento, acho que será uma boa oportunidade de implantarmos a primeira Câmara de Arquitetura e Urbanismo, não sei exatamente, mas ela já tem o seu primeiro assunto. Penso que há uma situação bastante singular nesse problema do Parque do Flamengo porque, não sei se ficou claro, mas realmente metade do projeto não chegou a ser desenvolvida e é exatamente sobre essa parte que estão colocados os conflitos hoje. Este Conselho, o Conselho do IPHAN, e a própria Presidência do IPHAN, aprovaram ao longo do tempo várias intervenções que não dialogavam com o risco original do projeto, tanto do Reidy quanto do Burle Marx. Então estamos numa situação que merece realmente uma reflexão especial. Fui procurado pelo Secretário do Ministério dos Esportes, responsável pelo Comitê do Rio 2016, que me indagou de maneira muito clara se eu via como uma absoluta impossibilidade o uso da Marina Glória para as competições náuticas durante as Olimpíadas. Acho que não, por ser o mesmo uso; é um problema de desenvolvimento de projeto. No entanto ele foi muito claro ao me dizer que era importante que nós tivéssemos uma posição o mais breve possível para que dessa vez pudessem construir outras alternativas, e que não se repetisse a situação criada durante o Panamericano. Então existe um compromisso nosso de trazer a este Conselho esse assunto que vem sendo discutido há algum tempo. Não é absolutamente circustancial a presença desse assunto da Marina da Glória, do Parque do Flamengo, porque ele implica no enfretamento de uma situação na qual precisamos dizer de uma maneira muito clara o que deve ser feito em área que quase que praticamente deixou de ser um parque público e não cumpre mais a sua função social. Parte significativa desse território hoje é um estacionamento, ocupado pela iniciativa privada de maneira legal ou não, mas de qualquer forma tudo isso está em desacordo com a intenção que presidiu, que foi norteadora do processo de tombamento. O IPHAN precisa, é sua obrigação, dizer o que deve ser feito dentro daquela área como um todo, usando, claro, os parâmetros dos projetos, mas sem esquecer a possibilidade que as circunstâncias nos oferece. Na minha visão, a possibilidade do interesse do poder público de adequar aquela área para uma competição internacional, como o Rio 2016, pode ser o retorno do papel público sobre uma área que foi privatizada. Acho que devemos entender isso como uma oportunidade e usá-la para realmente deixar muito claro quais são os parâmetros para uma requalificação da área; e, se isso não for possível, deixar isso muito claro de princípio. Acho que o encaminhamento é esse, nós vamos montar uma Câmara, a primeira. Tivemos algumas manifestações de Conselheiros que se colocaram à disposição para o enfrentamento desse problema. Queria sugerir que o arquiteto Dalmo Vieira Filho, como Diretor do Deartamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, convocasse essa primeira reunião. Na verdade temos manifestações do Conselheiro

AM Barreiro

Italo Campofiorito, do Conselheiro Marcos de Azambuja, do Conselheiro Nestor Goulart, e também do Conselheiro Silva Telles se dispondo a constituir essa primeira Câmara. Acho que está de bom tamanho para, com o suporte técnico do Departamento de Patrimônio Material, da Superintendência do Rio de Janeiro, se debruçarem tão breve quanto seja possível na busca das diretrizes e solução para um problema que na verdade precisa ser enfrentado de maneira mais ampla e menos pontual como foi, historicamente, nesses últimos trinta anos. Essa é minha proposta de encaminhamento que submeto aos Senhores Conselheiros. O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses tomou a palavra para opinar que a Câmara deveria ser denominada de Arquitetura e Urbanismo. O Presidente concordou e passou a palavra ao Conselheiro Breno Neves para a seguinte manifestação: "Minha preocupação é que isso deve ser muito bem redigido para que não haja uma interpretação futura de que nós estamos aprovando uma reordenação da Enseada da Glória. Para isso precisamos estar atentos." O Presidente tomou a palavra para o seguinte esclarecimento: "O que aprovamos foi a constituição de uma Câmara, alcunhada de Arquitetura e Urbanismo, que vai se debruçar sobre esse problema, tão somente. Estou entendendo que é esse o encaminhamento." Após breve interrupção, o Presidente retomou a palavra para informar aos Conselheiros que no segundo ponto da pauta figurava o cancelamento, por desistência dos interessados, de pedidos de autorização para a saída do país de obras protegidas por lei federal, solicitadas nos seguintes processos: nº001-T-2008 (01458.000225/2008-16); nº002-T-2008 (1458.000226/2008-61); nº003-T-2008 (01458.000227/2008-13); nº004-T-2008 (01458.000229/2008-02. Prosseguindo, o Presidente passou ao terceito ponto da pauta e solicitou aos Conselheiros a ratificação de autorizações para a saída do país de obras de arte, por prazo determinado e para fins culturais, concedidas após a análise de cada processo por um Conselheiro Relator e a obtenção da concordância da maioria dos membros do Conselho, manifestada por *e-mail*, procedimentos recomendados pelo Colegiado em reunião anterior. Não havendo manifestação contrária, ficaram ratificadas, por unanimidade, as autorizações concedidas nos seguintes processos: nº 0860-T-72, volume 72 (01450.014333/2008-46); nº 0829-T-70, volume 70 (01450.002334/2008-78); nº0898-T-74, volume 30 (01458.001059/2008-75); nº 1.217-T-87, volume 11 (01458.002333/2008-23); nº 0809-T-68, volume 191 (01458.000048/2007-97); nº 0809-T-68, volume 192 (01458.000065/2007-24); nº 0809-T-68, volume 195 (01458.001057/2008-86). Continuando, o Presidente passou para o quarto ponto da pauta que trata de pedido de desapropriação, recuperação e tombamento da Tenda Espírita Vovó Maria Conga de Aruanda, no Município do Rio de Janeiro, RJ, contido no Processo nº 01450.003495/2007-78, que mereceu parecer negativo do Setor Técnico do IPHAN. Não havendo manifestação contrária, o Presidente considerou aprovada a recusa da proposta, e passou para o quinto ponto da pauta, solicitando a posição dos Conselheiros sobre os pareceres emitidos pelo Setor Técnico do IPHAN para arquivamento das propostas de tombamento contidas nos Processos de nºs. 631-T-61; 1.325-T-93; 1.417-T-98; 1.419-T-9; 1.435-T-98; 1.444-T-99; 1.532-T-06, aprovados por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar de proposta de constituição de uma Câmara de Bens Movéis, à qual seria atribuída, como primeiro trabalho, a revisão dos procedimentos, dos critérios com relação à autorização de saída do país de bens móveis tombados ou protegidos por lei especifica, e concedeu a palavra ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização para a apresentação de esclarecimentos sobre a questão, transcritos a seguir: "Obrigado Presidente. Senhores Conselheiros, trouxe algumas considerações acerca de problemas recorrentes relacionados com a autorização do IPHAN para a saída do país de obras de arte. Procuramos analisar a questão do ponto de vista processual considerando também o aspecto mais amplo do interesse do país em participar do intercâmbio mundial de obras de arte e proprocionar à população brasileira o contato com o que se produz de mais significativo, de mais importante no mundo. Percebemos que, ao longo do tempo, os processos vêm adquirindo uma roupagem que pode colocar em risco o efetivo interesse público. Buscaremos uma simplificação dos

AM. Barreto

procedimentos sem perda da densidade que legitime os processos administrativos e assegure evidentemente a proteção do patrimônio. Para iniciar essa reflexão pensamos nas competências atribuídas ao IPHAN para interferir no intercâmbio de obras de arte, e na sua conciliação com as atribuições do Instituto Brasileiro de Museus. A competência e a motivação sem dúvida estão em garantir a integridade dos bens protegidos pela legislação federal, que é nossa missão especial. Além dessa premissa, poderíamos lembrar a responsabilidade de impedir a evasão de bens culturais do país, e também a sua adequada apropriação social. Parece que são os fatores em jogo nessa questão. No caso do IBRAM, acho que seria a adequação das solicitações à política museológica do país. Que alternativas temos? Imaginamos que a estrutura do processo de solicitação de autorização para saída do país de obras de arte deve ser fortalecida em pareceres circuntanciados que já são produzidos dentro do IPHAN, mas agora devem se revestir de maior autoridade no sentido de concentrar a análise nos documentos exigidos em lei, de avançar na apreciação do estado de conservação dos bens para avaliar se têm condições de deixar o país, e na conveniência estratégica da exportação temporária desses bens. É importante lembrar, se pensarmos na questão como um todo, que existem atualmente obras de arte que ficam longo tempo fora do país com prejuízo do público brasileiro, segundo a Gerência de Bens Móveis do IPHAN. O que fazer? Qual o dever do IPHAN quando se defronta com estruturas técnicas e competências estabelecidas que, pelo menos do ponto de vista quantitativo, são muito maiores do que a do IPHAN? Várias instituições museológicas brasileiras dispõem de oficinas de restauro, de ateliês de especialistas que, teoricamente, resolveriam a questão. Aonde está a legitimidade, o papel, e principalmente aonde está a eficiência da nossa atuação. Vamos começar pelo processual. Um dos problemas que sempre incomoda os Conselheiros é a questão dos prazos. Há uma recorrência em solicitações apresentadas e aceitas fora do prazo. Poderemos ser mais rigorosos com os prazos, mas não podemos desconhecer que, algumas vezes, temos sido colocados diante de situações delicadas em nossas relações internacionais, consideradas como um compromisso assumido pelo Brasil, como o caso recentemente ocorrido em que a obra já figurava na capa do catálogo e em cartazes. Os pedidos chegam à Presidência do IPHAN, passam pela COPEDOC para abertura de processo, chegam à Gerência de Bens Móveis onde são examinados, complementados quando ocorre falha na documentação, e analisados do ponto de vista técnico. Em seguida são remetidos ao atual DEMU, futuramente ao IBRAM, que tem a atribuição de se manifestar também sobre essa questão quando a obra integrar acervos de museus. Cumpridas essas formalidades técnicas, seguem para a Procuradoria Federal/IPHAN onde existe a possibilidade da exigência de correções e de complementação de documentos, especialmente no caso da incorreta apresentação das apólices de seguro. Será que poderíamos ser mais pontuais do ponto de vista do IPHAN, por exemplo, solicitar que o pedido venha acompanhado de parecer do IBRAM, quando for o caso, já que as manifestações do Conselho e do IPHAN se referem especificamente ao aspecto de proteção do bem. Será que poderíamos optar por apreciação prévia, pelo Conselho ou pelo IPHAN, que antecedesse em seis meses as exigências das providências administrativas necessárias para autorizações: contratação do seguro; projeto de embalagem; contatos no exterior. Em casos de recusa, os interessados têm pressionado o IPHAN alegando que a maior parte dos procedimentos e dos gastos já tinham sido executados e que outras medidas estavam encaminhadas. Acho que seria importante estabelecer uma historicidade dos processos, uma estatística de quantas vezes determinada obra saiu do país nos últimos dez anos, quantas vezes uma instituição que empresta constantemente obras do seu acervo para serem expostas no exterior recebeu coleções consideráveis para exposições no Brasil. São fatores que nos permitem diferenciar um processo legítimo e desejável de intercâmbio de repetidas solicitações para mostras que visam apenas o lucro. Esse levantamento seria uma inovação importante a ser seguida, que nos traria elementos para melhor avaliação. É importante também estabelecer alguns critérios, não muito rígidos, mas que precisam existir. Por

exemplo: o tempo de permanência no exterior. A área técnica alega que a constante exportação de obras de arte, o transporte, a mudança de clima, por melhores que sejam as condições do local onde ficarão expostas, acarretam danos de muita gravidade. Frequentemente as exposições ocorrem em outro hemisfério, em estações opostas, ficando as obras submetidas a condições de tempetura e umidade inadequadas. Qual o prazo ideal, que condições devem ser estabelecidas, qual o tempo admissível para que coleções e obras importantes permaneçam fora do país, qual é o tempo legítimo que poderiam desfalcar os acervos nacionais impossibilitando a população brasileira de conhecê-las? Estamos fazendo, com a experiência que tem a Gerência de Bens Móveis, uma proposição conclusiva de atualização das portarias relativas à questão. A idéia é ter uma proposição técnica baseada na vivência do problema e em seguida submetê-la à Procuradoria Federal, à Câmara de Bens Móveis, e a todas as áreas que interagem com essa questão. Tentamos também simplificar ou pelo menos dar uma visão mais nova aos aspectos administrativos dos processos, não precisamos engessar nossos procedimentos com grandes exigências, precisamos explicita-los. O importante é ter a informação, é ter a garantia da integridade dos bens. A proposição concreta, em termos de mudança, que poderia ser adotada a partir de uma recomendação do Conselho, imediatamente, não resolverá integralmente a questão. É a ampliação para noventa dias úteis do prazo de apresentação, pelo interessado, do pedido de autorização acompanhado da documentação exigida. Acho que resolveria uma parte do problema, mas não a totalidade do problema. Pergunto aos Conselheiros: mesmo nos pedidos de solução simples, é indispensável o encaminhamento de cópia integral dos processos a todos os Conselheiros, ou bastariam o pedido, os entendimentos técnico, e jurídico e o parecer do Relator? Parece-me que devemos atender ao que configura o interesse público simplificando o processo para que os prazos possam ser obedecidos. De maneira muito geral, Presidente, foram essas as observações que colhemos com a Gerência dos Bens Móveis do IPHAN. Obrigado." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Breno Neves para a seguintes observações: "Nos últimos tempos tenho relatado com muita freqüência processos de pedidos de autorização para a saída de obras de arte do país. Já conheço esses processos de ponta a ponta. Quero primeiro parabenizar os técnicos do IPHAN que com a premência de tempo trabalham e fazem um trabalho muito bom, muito perfeito. Vamos examinar a questão por etapas. Por exemplo, sobre a questão dos prazos. Penso o seguinte: quando se faz uma exposição internacional, ela não é preparada em três meses ou seis meses. Tive agora a oportunidade, em Paris, de visitar no Grand Palais a exposição 'Picasso e seus Mestres', com o privilégio de ser acompanhado pelo Presidente do Grand Palais, membro do Corpo Diplomático Francês, Embaixador que será o Presidente do Comissariado do Ano da França no Brasil. Perguntei como obtiveram aquelas obras, porque a Espanha não emprestou **As Meninas**, de Velazquez, e como conseguiram outras. Tive conhecimento do trabalho imenso de preparação dessa exposição desenvolvido em dois anos e da dificuldade para a obtenção da concordância de outros países para os empréstimos pretendidos. Fiquei pensando comigo mesmo: como as nossas obras daquele período saem do país com tanta facilidade? A relatoria do processo de saída de obras do MASP para uma exposição em Madrid, na Fundación MAPFRE, me foi solicitada mas não pude concluir o exame em decorrência de compromissos profissionais em Brasília. A Conselheira Myriam Ribeiro aceitou o encargo e recomendou a recusa de nove telas. Estavam pretendendo o que há de mais precioso no MASP – Goya, Velasquez, Ticiano. A minha preocupação ao examinar o processo é que iriam para uma fundação em Madri, não quero questioná-la porque não a conheço, e quem faria o seguro, imenso, era a própria fundação, também seguradora. São aspectos jurídicos que me preocuparam. Quando olhei a apólice, se fôssemos seguir a legislação brasileira de apresentação de documentos estrangeiros, o nosso Código de Processo Civil, deveríamos verificar primeiro a tradução juramentada, a questão das assinaturas, se eram realmente autênticas. Não sabemos se são empresas idôneas, se podem fazer seguros por parte dos seus

AM Barreto

Estados originários, tudo isso nos preocupa. Quando o processo chega ao Relator a exposição já estava praticamente iniciando, como poderíamos analisar esses aspectos? Essa questão do MASP me preocupou muito por se tratar de parte preciosa do seu acervo, do que possui de mais importante. Seria muito complexo fazer um parecer porque senti que os próprios técnicos do IPHAN não estavam muito convictos; a própria a questão do seguro feito posteriormente, e depois complementado gradativamente, evidencia a ocorrência de nulidade jurídica. Havia a questão dos *courier,* e a declaração de que todas as obras viajariam em quatro aviões, mas como iríamos fiscalizar o cumprimento dessa promessa? Temos o exemplo da coleção do Manabu Mabe perdida sobre o Pacífico. Então a preocupação nossa é de como seria feito, como trabalhariam os *couriers,* acompanhariam o embarque e o desembarque das obras, na ida e na volta? Terminada a exposição, fiscalizariam a embalagem das obras? Tenho recebido processos contendo pedido de autorização de saída de quadros com muitos craquelês assinalados nos laudos do estado de conservação. O Conselheiro Marcos de Azambuja fala muito bem da reciprocidade, haverá reciprocidade? Considero o assunto muito complexo, não sei que reciprocidade essa fundação MAPFRE nos oferecerá. O Presidente me permite lembrar, fui contra a saída de uma obra de arte acompanhando o parecer contrário de todos os técnicos do IPHAN, mas infelizmente a obra figurava na capa do catálogo e saiu do país. A minha primeira sugestão é referente à Portaria nº 262/92. Devemos modificá-la, dar um prazo maior para o exame tanto por parte do Corpo Técnico como por parte deste Conselho. Por outro lado, devemos fazer uma cartilha orientando as entidades brasileiras sobre os procedimentos a serem seguidos para a apresentação do pedido de autorização de saída de obras de arte no país: os prazos, o tipo de seguro, as funções do *courier* etc. Temos atualmente um instrumento importante - a Internet -, essas normas poderiam ser colocadas na página do IPHAN, além da impressão e distribuição de manual elaborado em linguagem corrente, enfatizando que não serão aceitas solicitações imcompletas ou fora do prazo. Repito o que afirmei no início: essas mostras não são programadas quando os pedidos chegam para nós, em três meses. São preparadas muito antes, porque eles têm uma programação de todos os espaços de exposição com mais de dois anos de antecedência, como ocorre também com os concertos. As orquestras e as exposições têm uma agenda feita com dois, três, quatro anos de antecedência. Estou muito preocupado, por isso resolvi falar, porque venho relatando com muita freqüência esse tipo de processo, tenho conhecimento da questão e julguei oportuno expor a minha posição." O Presidente agradeceu e apresentou as seguintes considerações: "Conselheiro, exatamente por essa preocupação, que compartilhamos, é que resolvemos colocar essa questão como ponto de pauta e propor que esse assunto seja o primeiro a ser examinado após a instalação da Câmara de Bens Móveis. Queria explicitar a referência do Conselheiro à obra de De Chirico, cuja autorização fora recusada inicialmente. Houve um fato novo, o compromisso do Musée d'Art Moderne de la Ville de Paris de fazer o restauro. Então a possibilidade do restauro viabilizou a saída da obra e houve a mudança de procedimento." Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes considerações: "Obrigado. A oportunidade dessa discussão é muito bem-vinda. O Conselheiro Breno Neves e eu temos conversado ocasionalmente sobre isso. Acho que, nesse caso, devemos pisar na trilha já bem percorrida por quem faz isso há muito tempo. Em primeiro lugar, o Conselheiro Breno Neves tem toda a razão, essas exposições são montadas não em dois anos, mas em três, quatro, cinco anos. De modo que a antecipação é extraordinária: dois anos é uma emergência, quatro cinco anos é mais a norma. Então, a primeira idéia para a Câmara seria que o órgão solicitado a fazer o empréstimo fizesse uma notificação ao IPHAN desde a primeira consulta – 'fomos consultados sobre a probabilidade de ceder tais obras' - ainda que não tenha havido negociação nenhuma, mas que fique o registro dessa primeira manifestação de interesse. A segunda, creio que não seria nem difícil, nem complicado, termos entendimentos com quatro ou cinco países com grande tradição em permutas Essas permutas hoje em um mundo globalizado são moeda corrente, empresto e

recebo empréstimos - há uma circulação. Quais são os critérios? Há um limite por obra saída; há um limite de tempo antes do aviso, há certas obras que entram na categoria de inamovíveis. Como devemos agir diante desse tipo de situação? Na questão da prorrogação de uma exposição: pode-se tolerar uma extensão, duas, nenhuma? Em suma, vamos ver como procedem outros que têm muito mais trato com isso. Porque acredito, e talvez serei corrigido, que o número de museus, instituições brasileiras e particulares que recebem solicitações de empréstimo não ultrapassará de muito uma dezena. São aqueles que têm obras de interesse do mercado internacional de arte. Outra medida seria entrarmos em contato com os diretores de todas as instituições pedindo que nos mandem uma série de propostas. A presunção é de que o presidente, o diretor de um museu, é o curador do seu acervo. A presunção, pelo menos deve ser, de que ninguém é mais interessado em proteger aquilo que é a essência mesmo da instituição que preside. Então, pedir a todos que façam recomendações. Quando vêm os processos a mim consta nos documentos que as exigências legais, inclusive de transporte e de seguro estão atendidas. Não sei se estão de fato e com que critérios; não sei até que ponto nós temos escapado até agora da destruição evidente de uma obra; há muitos anos não se perde uma obra. Considero importante evitar que aprendêssemos depois de ocorrido e que o IPHAN seja acusado de não ter cuidado maior. O acervo brasileiro de obras de interesse mundial não é muito grande e é de impossível reposição. O Conselheiro Breno Neves mencionou, é também minha preocupação, a reciprocidade. O que recebemos? Nós estamos jogando um jogo paritário ou estamos sendo unilaterais em nossos empréstimos? É preciso falar com os centros culturais, com a direção dos grandes museus, indagando quais os critérios que adotam. Devemos também pedir informações a alguns críticos de arte e especialistas em conservação de obras de arte no Brasil. Acho perigoso continuarmos decidindo cada vez que recebemos um processo, diante de uma escolha pessoal. Com uma decisão negativa inviabilizaríamos um contrato já assumido, catálogos feitos, convites distribuídos. Ficamos colocados diante de ultimatos, o que me chega é um ultimato. Se eu disser não, argumentam: 'olha, está saindo em dez dias o navio ou o avião, o que seja'. Em outras palavras, a sua providência Presidente é de imensa oportunidade, acho que a sua idéia nos protege. Nada garante que um avião não caia, que o navio não afunde, que o incêndio não destrua, mas que fique resguardado o zelo do IPHAN na defesa do patrimônio brasileiro em atitude, espero, que seja flexível e generosa. Não pensem que estou querendo uma autarquia da arte, daqui não sai nada, reserva de mercado, fechamos a cancela; não é isso, mas que seja um jogo e que possamos nos defender se alguma coisa der errado. Muito obrigado." O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para as seguintes considerações: "Só uma observação em relação às palavras do Conselheiro Marcos de Azambuja. Acho que há obras que são patrimônio da nação e não podem sair do país, votei contra a saída dos Passos da Paixão, do Aleijadinho, em Congonhas, e tempos depois encontrei o curador brasileiro que me questionou o voto contrário, respondi: neguei e negaria outras dez vezes, é o mais importante patrimônio histórico e artístico religioso que possuímos, como deixaríamos sair? Acho que o Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização poderia incluir nessa proposta a classificação de obras que pertencem ao patrimônio histórico e artístico da nação."O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Paulo Ormindo para a seguinte manifestação: "Eu nunca tive a oportunidade de analisar essas saídas, apenas recebo consultas, a maioria delas por *e-mail* ou por telefone. Esse processo sempre me preocupou, inclusive na última saída de setenta e três esculturas de Degas, tomei a liberdade de mandar para todos os Conselheiros o meu parecer. Quero chamar atenção para o seguinte: nessa sociedade consumista, capitalista, essa questão das viagens das obras de arte passou a ser um negócio. Fui bolsista da Guggenheim, que há vinte anos atrás estava praticamente falida. Os marqueteiros chamados aconselharam o seguinte: vocês têm um nome muito forte, podem utilizá-lo. Então eles passaram a fazer Guggenheims que não têm acervos no mundo inteiro, onde fazem exposições de obras de arte, exposições de grifes de roupa, de automóveis, de

motos, e assim por diante. Então, isso é um negócio e não podemos ser ingênuos. Há enormes interesses de seguradoras, de empacotadoras, de uma série de empresas. Então é uma nova forma de colonização, nós somos os doadores de obras de arte para outras instituições lucrarem. A MAPFRE é uma empresa de seguros das maiores do mundo e criou uma fundação, mas há um aspecto mercadológico evidente nesse processo. Penso que devemos nos assumir hoje como nação emergente, de uma certa relevância já, e como política geral devemos nos inserir em uma agenda internacional de arte. Os *designers* de moda no Brasil, além de mandar os modelitos para fora, hoje se assumiram em São Paulo, por exemplo, como um centro internacional. Nós temos obras de arte ocidentais de uma certa importância e obras de arte brasileiras que têm valor universal. Não quero dizer que todas sejam impedidas de sair do país, mas é preciso reconhecer que algumas não podem sair do país pelos riscos que correm. Parece-me importante ingressarmos na agenda internacional de obras de arte de maneira que possamos fazer esse intercâmbio em igualdade de condições. Acho que é preciso criar neste Instituto um departamento, um setor, e ter pessoal só para cuidar da questão da importação e exportação de obras de arte, como tem o Ministério da Fazenda. Defendo aqui, publicamente, a cobrança de um pedágio pela saída dessas obras de arte, alguma forma de remuneração monetária para manter quadro de técnicos que vão lidar com essas questões todas, e para reparar os danos provocados por essas viagens, porque os danos são inevitáveis. A obra de talha brasileira que vai para o exterior sofre de maneira brutal porque a madeira se comporta de certa maneira, a capa de gesso de outra, o pão de ouro de outra. Então não podemos ser ingênuos; o intercâmbio é muito importante dentro de condições reciprocidade e de igualdade. Além disso, é preciso analisar empresarialmente, desculpem a expressão, empresarialmente, quanto custa ao país mandar essas obras de arte para o exterior. Agora é impossível, com o quadro técnico limitado, cuidar das nossas obras, dedicar horas e horas a fio para analisar, em cima da hora, de obras de arte que irão sair para integrar exposições, e fazer vistorias. Acho que são questões fundamentais, vamos exigir reciprocidade, vamos ser *players* internacionais e não simplesmente ex-colônias que oferecem suas obras mais importantes. Devemos assumir que hoje somos uma potência emergente também na área cultural." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses para as seguintes considerações: "Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Desejo ser breve porque senão estaria usurpando atribuições da Câmara de Bens Móveis. Como bem disse o Conselheiro Azambuja, essa comissão é bem-vinda, acrescento é bem-vinda e oportunissima, mas gostaria de esclarecer que o assunto debatido até agora a respeito do conteúdo de referência dessa câmara é um problema dos mais desgastantes, mas não é o mais importante a ser atribuído a uma Câmara Técnica de Bens Móveis no IPHAN. É inclusive a questão que mais trabalho tem dado, mas é bom lembrarmos que essa câmara teria também em seu horizonte questões tão complicadas como as responsabilidades gerais, exatamente aquelas que ocorrem com o tombamento de áreas urbanas ou de estruturas arquitetônicas, adaptadas ao caso específico, à natureza dos bens móveis, relativas ao uso e à fiscalização das intervenções. Lembro, por exemplo, um outro campo extraordinariamente amplo e complexo, o dos arquivos, e que está muito mal colocado em termos de patrimônio, em termos de organização técnica. Vejam como exemplo o registro de antiquariatos, que só foi regulamentada há um ano. E isso traz uma série de perspectivas novas de trabalhos e reponsabilidades, que naturalmente deveriam também estar presentes no horizonte dessa Câmara. E sem contar o problema das coleções não museológicas. Para as coleções museológicas haverá um complicador que é a criação recente do Instituto Brasileiro de Museus. Não sei como ficaram as relações do IBRAM com o IPHAN, mas fui o relator da primeira minuta de projeto de lei na qual havia uma cisão fundamental entre responsabilidades do IPHAN e responsabilidades do IBRAM, derrogando pura e simplesmente aspectos fundamentais do Decreto-lei 25. Não tive oportunidade de estudar a nova lei, mas de qualquer maneira será necessária uma relação muito específica com o

A.M.Barreto

IBRAM porque a maioria dos bens móveis que são objeto da nossa atenção são acervos de museus. A tônica é dada justamente pela instituições museológicas que deveriam definir, elas, e eventualmente o IBRAM, não forçosamente o IPHAN, políticas culturais de acervo. Isto é, só quando existem políticas culturais de acervo por parte de instituições museológicas é possível prever a conveniência ou a inconveniência de circulação de peças e de intercâmbio de natureza cultural. As outras questões levantadas são questões importantes, mas de muito mais fácil solução, como as relativas à documentação. Acho a proposta da cartilha apresentada pelo Conselheiro Breno Neves fundamental, porque a maior parte dos casos que tenho acompanhado com relação à documentação parece falta de entendimento ou de esquecimento, mas é problema fácil de resolver. O grande problema é a conveniência cultural ou não da exportação. Com relação a uma observação do Conselheiro Paulo Ormindo, não sei agora justamente por causa dessa transferência de responsabilidades, transferência que não diz respeito apenas bens tombados, mas a bens móveis em geral, talvez não seja conveniente criar um órgão ou um organismo qualquer de importação e exportação porque, como grande parte dos casos os bens estão agora sob a égide do IBRAM, é preciso ver do ponto de vista legal como ficam as nossas atribuições que não foram derrogadas mas, de certa maneira, agora têm que se articular com IBRAM. Então acho que uma das primeiras questões fundamentais que essa Câmara tem a examinar é o tipo de relação que vai se estabelecer a partir de agora com o IBRAM no tocante a bens museológicos." O Presidente agradeceu e tomou a palavra para apresentar os seguintes esclarecimentos: "Obrigado Conselheiro. Para aproveitar e colocar como informação, há a expectativa da assinatura da regulamentação do IBRAM ocorrer agora no final do mês. A lei já foi votada e assinada. Trata-se agora da regulamentação que estabelecerá um prazo de seis meses para o processo de formatação da Instituição. A idéia é constituir um grupo de trabalho entre IPHAN e IBRAM no sentido de, aonde há sobreposição de competências, estabelecer um modo de convivência de trabalho. No entanto, o projeto de lei que foi aprovado não retira desta Instituição a atribuição de regulamentar os procedimentos referentes à entrada e saída de obra de arte do país. Agora, sem dúvida nenhuma, o fato de que parte significativa dessas obras pertencerem a museus será considerado e ouviremos a sua política e depois do seu posicionamento, nos posicionaremos também sobre a proteção do patrimônio nacional. O arquiteto Dalmo Vieira Filho de certa maneira abordou a questão ao opinar que, do nosso ponto de vista, essa eventual sobreposição poderá resultar em processo ainda mais complicado do que o enfrentado até agora." O Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses tomou a palavra para fazer a seguinte observação: "Falou-se num critério de obras não exportáveis, acho extremamente importante porque é o equivalente ao espaço *non aedificandi,* devia ser uma espécie de peça *non exeundi* poderia constar, como previsão, do próprio ato do tombamento." O Presidente retomou a palavra para a seguinte complementação: "Claro, considero esse critério importante, precisamos estabelecer normas que não existem em nossos procedimentos. Atualmente, decidimos a partir do princípio de que a obra poderia sair ou não dependendo do atendimento das exigências especificadas na portaria em vigor e da posição deste Conselho. O Conselho pode dispor de critérios que antecedam esses pedidos. Acho que, de uma certa maneira, o relato da Conselheira Suzanna Sampaio sobre os **Passos da Paixão** mostra que já é exercido, porque de fato há uma pressão social que o Conselho e o IPHAN têm atendido ao impedir saídas do país de bens pelo seu significado para a cultura brasileira e para o patrimônio nacional." O Conselheiro Sabino Barroso pediu a palavra para observar que, quando recebe os processos para relatar, a urgência do possicionamento do Relator impede uma análise mais profunda. A Conselheira Maria Cecília Londres pediu a palavra para a seguinte manifestação: "A minha intervenção é muito rápida, apenas para ratificar o que foi dito aqui, especialmente em relação à sugestão do Conselheiro Breno Neves. Nas poucas vezes em que relatei, até porque não me sinto muito habilitada a fazê-lo, percebi que em vários momentos o processo tramita e no final há pedidos de novos documentos, indicação de números incorretos, conflitos, faltas. Fico me

perguntando: isso foi assinalado pela Procuradoria, e o que não foi visto? Tenho um desconforto muito grande ao relatar esses pedidos porque fico pensando: talvez ainda existam outros problemas." O Presidente tomou a palavra para as seguintes considerações: "Acho que é oportuno esse comentário da Conselheira Cecília Londres, uma das questões que mais ouço é que as nossas exigências obrigam o interessado a assumir compromissos financeiros para contratações de seguros, há uma tramitação burocrática e depois nos reservamos o direito, no final, de opinar quanto ao mérito. Talvez devêssemos opinar sobre o mérito no princípio, e que fosse essa a decisão da competência deste Conselho. A verificação da correção da documentção burocrática exigida, inclusive da validade da apólice do seguro, seria atribuição institucional, e não necessariamente vinculada à decisão do Conselho. Essa é uma das questões a sere enfrentada pela Câmara de Bens Móveis. A Conselheira Jurema Machado pediu a palavra para as seguintes ponderações: "Acho que as discussões apontam claramente para dois campos de complexidade do problema: na fala do Diretor do DEPAM um deles fica muito claro, relacionado a aspectos técnicos e de tramitação; e um outro que diz respeito às políticas, à questão da reciprocidade. As questões estratégicas que o Conselheiro Paulo Ormindo levanta são relacionadas a uma reflexão sobre a política de circulação de obras de arte e talvez nós não tenhamos condição de fazer as duas coisas simultaneamente, e nem com os mesmos protagonistas. Acho que na discussão da política de circulação faltariam atores fundamentais do próprio mercado de arte, dos museólogos, que não têm representação no Conselho. A Câmara de Bens Móveis teria que se valer dessas opiniões para avaliar a questão. A minha sugestão para quem trabalhará na seqüência, visando resolver esse problema, seria tentar uma solução singela para os aspectos muito óbvios levantados aqui, relacionados à questão técnica e de tramitação e, em paralelo, que se abrisse uma discussão maior sobre a questão da reciprocidade, até porque, concordo com o Conselheiro Paulo Ormindo, somos exportadores de obras, mas isso reflete a incapacidade das nossas instituições. O maior problema de acesso à produção artística do país não diz respeito à sua exportação temporária, mas internamente também não conseguimos dar-lhe visibilidade. As estatísticas atuais do Ministério da Cultura deixam muito clara a necessidade de revermos a política da sua circulação interna. Dificilmente instituições estrangeiras vão conseguir cumprir o quesito de reciprocidade se não temos aqui as iniciativas que o viabilizem. Então, acho que devemos separar as duas coisas." O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para as seguintes observações: "Eu tinha dois pontos para levantar, mas um já ficou superado. Vou aproveitar aqui a sugestão do Conselheiro Paulo Ormindo no que se refere à reciprocidade. Conheço bem a Fundação MAPFRE porque, em 1992, ela editou 274 livros sobre o descobrimento da América, inclusive uma coleção com estudos sobre os índios dos países da América, para a qual escrevi texto sobre os índios do Brasil. Então fico imaginando que poderíamos solicitar à MAPFRE que organize exposições no Brasil trazendo obras de arte que a maioria dos brasileiros jamais pode ver, porque não tem condições de ir ao exterior. Tenho a impressão de que ela faz isso na Europa e, para quem não sabe, todas as grandes cidades do Brasil têm uma filial da MAPFRE operando. Por ser a maior seguradora, deve ter interesse de fazer o *merchandise*, seria uma contrapartida que poderíamos pedir talvez não faça porque nunca foi sugerido. Na verdade nós só estamos exportando obras de arte, não conseguimos receber nada. No caso das 73 (setente e três) esculturas de Degas exibidas na fundação MAPFRE, em Madrid, e depois transferidas para Hamburgo, ela está aproveitando nosso material para fazer *merchandise* na Alemanha, provavelmente. Outra coisa que a Câmara deve resolver é que fique bem claro para os museus, para as entidades estrangeiras que pedem os nossos bens emprestados, é que a partir de agora haverá um prazo improrrogável, e que não serão permitidas transferências imprevistas, decididas pelos solicitantes quando os bens já estiverem fora do país." O Conselheiro Paulo Ormindo tomou a palavra para as seguintes considerações: "Queria chamar atenção para o caso levantado pela Conselheira Suzanna Sampaio: os **Passos da Paixão**, em Congonhas, que, por sorte, foram

negadas. Logo em seguida essas obras precisaram ser restauradas e a comunidade simplesmente inviabilizou a sua saída. Então nós precisamos ouvir as comunidades no caso de imagens religiosas, porque podemos sofrer situações muito vexatórias, a comunidade poderá impedir porque já está cansada de ver obras saírem para restauro e não voltarem - o arcebispo solicitou e depois mandou para outro local, e coisas semelhantes. Então acho que esses empréstimos envolvem uma série de questões muito complicadas." O Presidente agradeceu e concedeu a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes considerações: "Presidente temos aqui, como prata da casa, uma pessoa que entende muito disso que é a Conselheira Angela Gutierrez. Ela está em posição privilegiada por ser detentora de coleções que são freqüentemente convidadas a sair do Brasil. Portanto ela tem o conhecimento prático desse jogo, maior do que qualquer um de nós, porque ela tem na sua coleção oratórios e santos que são objetos de certa fragilidade pela natureza da madeira, pela sua antiguidade, e pelo caráter da pintura que os reveste. Portanto, lamento que a Conselheira Angela Gutierrez não esteja hoje presente, mas se for possível que recebesse uma informação sobre tudo isso e, na próxima reunião nossa em que o assunto voltasse à tona, ela tivesse um papel como relatora, porque ela tem uma experiência que em nós é um pouco teórica, um pouco abstrata e, no caso dela, é operacional. Ela autoriza objetos do seu patrimônio ou do seu controle para que viajem, portanto poderá nos dar idéia de riscos que não estamos sequer visualizando agora, de oportunidades que também não vislumbramos. Portanto temos, como perito doméstico, uma Conselheira que é proprietária de coleções das mais instadas a sair do Brasil. Muito obrigado." O Presidente tomou a palavra para a seguinte observação: "Houve uma proposta preliminar em nossa reunião realizada em Salvador para a constituição de algumas câmaras técnicas. Nessa proposta para a Câmara de Bens Móveis constava o nome da Conselheira Angela Gutierrez, vou colocá-lo novamente aqui para ser referendado juntamente com os nomes da Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira e dos Conselheiros Breno Neves e Marcos de Azambuja." O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para sugerir a cobrança de taxa, como faz a Biblioteca Nacional para fornecer um diapositivo de peça cartográfica, destinada a ajudar trabalhos de restauro, e para manifestar a sua percepção de que os agentes desse mercado, os promotores dessas exposições, deixam para a última hora certas decisões como forma de forçar o Conselho a aprová-las. Considerou muito adequada a proposta do Presidente de que se faça uma apreciação prévia dos pedidos de autorização de saída do país de patrimônios protegidos por lei, porque essas questões ficariam predefinidas." O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: "Considero mapeados tanto os desafios sob o ponto de vista de uma política maior referente a bens móveis, quanto específica sobre esse assunto de pauta. Nesse caso considero necessário ouvir outros agentes desse processo que, eventualmente, compareceriam a reuniões da nossa câmara - curadores de museus, representantes de galerias, dentre outros. Então, me parece que essa Câmara já tem um objeto de trabalho que, sem dúvida nenhuma, aperfeiçoará as nossas reuniões e contribuirá para o nosso objetivo, que é a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Se os Conselheiros estiverem de acordo, acho que esse é o encaminhamento que devemos adotar." O Conselheiro Paulo Ormindo pediu a palavra para fazer a seguinte indagação: "Queria pedir um esclarecimento porque em determinado momento da reunião realizada em Salvador se falou de uma Câmara de Centros Históricos, agora está sendo falando de uma Câmara de Arquitetura e de Urbanismo. Penso que essa diferenciação entre urbanismo, como atividade contemporânea, e centros históricos, como coisa congelada, é artificial, é indesejável, e não tem cabimento. Ou fundimos essas duas câmaras ou então ficará muito estranho: Centros Históricos em uma câmara, e Urbanismo e Arquitetura em outra. Acho que são manifestações da mesma natureza, apenas algumas do passado e outras do presente, mas é uma questão única." O Presidente tomou a palavra para a seguinte observação: "Concordo com o Conselheiro, mas também lembro que reconhecemos a existência de um desafio muito específico dentro do campo da formulação de uma política sobre as cidades, e lembro que o

AM. Barros

Conselheiro faria parte dessa pretensa câmara junto com o Conselheiro Luiz Phelipe Andrès e com a Conselheira Jurema Machado." O Conselheiro Paulo Ormindo argumentou que urbanismo, no sentido contemporâneo da palavra, não pode ficar separado da cidade contemporânea. O Presidente retomou a palavra para a seguinte complementação: "Concordo teoricamente, mas seria viável reunirmos uma câmara de tal dimensão? Existem também propostas de Câmaras de Arqueologia e de Sítios Naturais. Então, considerei que a melhor maneira de encaminharmos inicialmente a questão seria constituição dessas câmaras conforme pautamos nesta reunião. De uma certa maneira, os dois assuntos que discutimos são assuntos que vão pautar as suas primeiras reunões.. Não sei se teria sentido convocar todas as câmaras para que elas estabelecessem a sua pauta, não sei o que os Conselheiros acham. Há uma proposta do Conselheiro Paulo Ormindo de juntar duas pretensas câmaras - a de Arquitetura e Urbanismo com a de Cidades. E ele tem razão, é praticamente o mesmo universo de trabalho." O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para as seguintes considerações: "Quer me parecer que, na câmara, deveríamos fazer uma distribuição de trabalho, porque não será no plenário que se faz isso. Dois ou três poderiam elaborar propostas para discuti-las com os outros. Então, existir uma certa diversidade não me preocupa, desde que se faça na câmara uma designação de relatores internos, não seriam relatores de processo no sentido tradicional, seriam relatores exatamente de diretrizes, de sugestões de políticas que estamos imaginando. Realmente, ficarmos separados é complicado, mas também é uma alternativa, poderiamos começar trabalhando separados e depois, reunidos, faríamos a avaliação." O Presidente tomou a palavra para as seguintes observações: "Parece que a proposta do Conselheiro Nestor Goulart realmente concilia, constituimos a câmara ampla e atribuímos encargos aos membros designados. No meu ponto de vista isso seria de competência da própria câmara. De qualquer forma, todos serão convocados para essa próxima reunião, todos das duas câmaras que teríamos." O Conselheiro Marcos de Azambuja pediu a palavra para a seguinte manifestação: "Vou fazer um comentário brevíssimo, um agradecimento. Recebi do IPHAN uma coleção de livros e opúsculos extraordinária. É um conjunto de tal qualidade, de tal abrangência, que fiquei orgulhoso. Não sabia a extensão do que seria publicado. A qualidade gráfica é muito relevante. Em alguns dos casos os livros têm beleza gráfica, tipográfica; de ilustração; portanto é um esforço de organização de estudos de pesquisa valioso e também um prazer para os olhos. São livros que tive imenso prazer em folhear; folhear é uma boa palavra, não significa uma visão superficial, e virar cada folha é um prazer." O Presidente tomou a palavra para agradecer e fazer a seguinte obsrvação: "Lembrei de um comentário que esqueci de fazer aqui. Este Conselho tem historicamente a presença de um representante do Museu Nacional. A criação do IBRAM nos levará a repensar essa participação. Porque o novo Instituto deverá ter representação neste Conselho. A presença do IBRAM neste Conselho minimizará e poderá de certa maneira, agilizar esse processo de aprovação de saída de obras de arte, que discutimos hoje, à luz também da política museológica." Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual, eu Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os membros do Conselho.

Luiz Fernando de Almeida

Anna Maria Serpa Barroso

Arno Wehling

Augusto Carlos da Silva Telles

Breno Bello de Almeida Neves

Italo Campofiorito

Jurema de Sousa Machado

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès

Marcos Castrioto de Azambuja

Maria Cecília Londres Fonseca

Nestor Goulart Reis Filho

Paulo Ormindo David de Azevedo

Roque de Barros Laraia

Sabino Machado Barroso

Synésio Scofano Fernandes

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses